

A SUPRESSÃO DA REFLEXÃO CRÍTICA – UM DESAFIO DA DOCÊNCIA

LA SUPRESIÓN DE LA REFLEXION CRÍTICA – UN DESAFÍO DOCENTE

THE SUPPRESSION OF CRITICAL REFLECTION – A TEACHING CHALLENGE

Carla Guimarães Ferreira*
carla.guimaraes@fasfsul.com.br

Carlos Henrique Ferreira**
carloshf2005@gmail.com

Phillipe José Machado Teixeira***
phillipeufrj@yahoo.com.br

*Faculdade Sul Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

**Escola Zenóbia de Paula Ferreira, Bananal, Rio de Janeiro, Brasil.

*** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo

Em uma sociedade super controlada, a submissão ao sistema capitalista muitas vezes é corroborada, até mesmo, sustentada pelo sujeito em seu cotidiano. Este artigo, por meio de uma revisão bibliográfica, busca elucidar como o capitalismo, sob tutela do Estado, se utiliza de alguns meios para capturar a subjetividade dos indivíduos, em especial, dos docentes. Dentre oito mecanismos passíveis de alterar a subjetividade do sujeito – despolitização do sujeito, intensificação do trabalho, enfraquecimento do coletivo, lógica do empreendedor de si, comportamento omissivo, construção de subjetividades que reforçam o capital, tecnologias e produtivismo acadêmico – o artigo focará no primeiro. Conclui-se que, na contemporaneidade, o capitalismo convoca a subjetividade para o trabalho e, dentre outros malefícios, suprime o pensamento crítico e a reflexão sobre a própria realidade. Uma das maneiras de se concretizar tal prática é por meio da redução de leituras e debates. É necessário pensar novas formas de subjetividades para o mundo do trabalho, em especial, para a academia, como, por exemplo, refletindo sobre as práticas pedagógicas atuais.

PALAVRAS CHAVE: educação; despolitização; docentes.

Resumen

En una sociedad supercontrolada, la sumisión al sistema capitalista muchas veces es corroborada e incluso apoyada por el sujeto en su vida cotidiana. Este artículo, a través de una revisión bibliográfica, busca dilucidar cómo el capitalismo, bajo la tutela del Estado, utiliza algunos medios para capturar la subjetividad de los individuos, especialmente en los docentes. Entre ocho mecanismos capaces de alterar la subjetividad del sujeto –despolitización del sujeto, intensificación del trabajo, debilitamiento de lo colectivo, lógica del autoempresario, comportamiento omisivo, construcción de subjetividades que refuerzan el capital, las tecnologías y el productivismo académico– el artículo se centrará en el primero. Se concluye que, en la época contemporánea, el capitalismo convoca a la subjetividad al trabajo y, entre

otros males, suprime el pensamiento crítico y la reflexión sobre tu propia realidad. Una de las formas de implementar esta práctica es reduciendo las lecturas y los debates. Es necesario pensar en nuevas formas de subjetividades para el mundo del trabajo, especialmente para la academia, como, por ejemplo, reflexionar sobre las prácticas pedagógicas actuales.

PALABRAS CLAVE: capitalismo; captura de la subjetividad; profesores.

Abstract

In a super-controlled society, submission to the capitalist system is often corroborated and even supported by the subject in their daily lives. This article, through a bibliographical review, seeks to elucidate how capitalism, under the tutelage of the State, uses some means to capture the subjectivities of the individuals, especially teachers. Among eight mechanisms capable of changing the subjectivity of the subject – depoliticization of the subject, intensification of work, weakening of the collective, logic of the self-entrepreneur, omissive behavior, construction of subjectivities that reinforce capital, technologies and academic productivism – the article will focus on the first. It is concluded that, in contemporary times, capitalism summons subjectivity to work and, among other harms, suppresses critical thinking and the reflection on your own reality. One of the ways to implement this practice is by reducing readings and debates. It is necessary to think about new forms of subjectivities for the world of work, especially for academia, such as, for example, reflecting on current pedagogical practices.

KEYWORDS: capitalism; capture of subjectivity; teachers.

1 Mecanismos de Produção de Subjetividade – Contextualização:

De acordo com Foucault – *filósofo, professor e psicólogo* do século XX, que estudava como os mecanismos de poder se manifestavam sobre o indivíduo–, o poder circula de forma capilar, sorrateira, produzindo diversas subjetivações que definem formas distintas de assujeitamento, as quais dão potência ao sistema, principalmente quando ocorrem por meio da adesão profissional (SCHEINVAR, 2014, p. 488-489). A capilaridade das relações de assujeitamento, por ser um fenômeno presente em várias áreas da vida do sujeito concomitantemente e ocorrer de diversas maneiras, escapa à percepção dos modos de captura da subjetividade. Portanto, é preciso ter consciência de quais instrumentos o capitalismo, com sustentação do Estado, utiliza para capturar a subjetividade das pessoas, em especial, dos professores. O capital se utiliza de muitas estratégias para nos engambelar e criar novas subjetividade em nós. Oito destes mecanismos de captura da subjetividade seriam a despoliticização do sujeito, a intensificação do trabalho, o enfraquecimento do coletivo, a construção da lógica do empreendedor de si, comportamentos omissos, construção de subjetividades que reforçam o capital, a forma como as tecnologias são empregadas e o produtivismo acadêmico. Todos estes mecanismos incidem na subjetividade do sujeito, em especial, do trabalhador e, no caso desta pesquisa, sobretudo, na carreira docente.

Desde o período taylorista/fordista há práticas estratégicas utilizadas para fins de controle no âmbito do trabalho e na vida pessoal do trabalhador, porém, estas evoluíram de um controle mais corporal e

disciplinar para uma manipulação mais sofisticada, envolvendo agora mais ainda nossas subjetividades. Portanto, este texto trata destes dispositivos contemporâneos mais aprimorados, em sua maioria, consequências do neoliberalismo ou revigorados por ele.

São diversas as estratégias de manipulação das subjetividades pelo capitalismo, configurando distintas formas de assujeitamento; a maioria se entrelaça formando uma rede de domínio sobre nossas subjetividades. É possível ainda perceber uma correlação entre algumas. Se não fosse assim, se cada mecanismo agisse isoladamente, seria fácil identificá-los e resistir a eles. É até possível, estudá-los em separado como neste artigo, contudo, é necessário termos ciência de que eles ocorrem de modo simultâneo em nosso dia-a-dia. De sua complexa interrelação resulta o processo de dominação do capital sob os indivíduos. É preciso considerar que, para agirem em rede e concomitantemente, como Foucault (1979, p. 291) assinalou, o poder se ocupa da gestão de nossas vidas por completo: da nossa saúde, alimentação, sexualidade, natalidade, costumes, etc.

Ainda segundo o autor (1979, p. 291), ao ocupar todas essas esferas de nossas vidas, estas áreas se tornaram preocupações políticas ou, como o autor predispõe: temos a passagem do biopoder para a biopolítica. É o Estado operando a favor da burguesia e do capital. Foucault (1979, p. 277-293) explica que o biopoder é uma face do poder, que se utiliza de várias técnicas de controle disciplinar com um único fim (o assujeitamento). E, a partir do momento que passa a envolver políticas públicas, consegue controlar populações inteiras— ao que Foucault denominou biopolítica. A estratégia não é mais a repressão, mas o estímulo a comportamentos que beneficiem o capital. Ocorre a tentativa de manipulação sistêmica da subjetividade do sujeito – em qualquer profissão. O problema é quando estes tipos de estratégias alcançam o trabalhador docente, visto que espera-se do professor que seja um indivíduo questionador e ciente da influência de todo contexto sócio-histórico na formação do sujeito de hoje.

Hill (2003, p. 28) afirma que o capitalismo tem medo do professor, o que implica no rígido controle, por exemplo, do currículo para a formação e capacitação do professor, da sua forma de pesquisa, da medição de desempenho do seu trabalho e das suas estratégias de ensino. Em outras palavras, este processo acarreta uma estrita regulamentação e auto-regulamentação dos professores com relação à sua própria Pedagogia. Por isso, ainda segundo Hill, o professor é, como os alunos, um alvo do Estado e do capital, pois, no que tange as consequências gerais das políticas neoliberais capitalistas, Hill (2003) enfatiza a perda do pensamento crítico dentro da cultura atual focada apenas em desempenho. Com relação ao pensamento crítico, Hill (2003, p. 8-9) complementa exemplificando as ações do governo britânico em expelir as disciplinas de caráter mais questionador do currículo nacional, passando a chamar de **treinamento de professores** o que antes era denominado **como formação de professores**.

Portanto, um dos mecanismos capitalistas de captura da subjetividade seria despolitizar o sujeito e, para tanto, o capital se utiliza da tentativa de suprimir o pensamento crítico dos indivíduos. Esta pesquisa elenca alguns exemplos de como isto se opera.

Desse modo, sumariamente, ocorreu o controle disciplinar e vigilante do biopoder e as estratégias de gestão da biopolítica implementadas sobre a população (seu corpo, sua saúde, suas ideias, sua subjetividade, sua vida) passaram a se tornar insuficientes em torno dos anos 1970 (não por acaso, década da fortificação da ascensão do neoliberalismo). O poder político do Estado, unido ao grande poder do capital, “cria” então uma sociedade mais controlada, com técnicas de dominação mais aprimoradas. O sujeito agora é controlado mesmo fora do seu âmbito de trabalho. Não se controla mais apenas o corpo do trabalhador, mas seu intelecto. A isto Deleuze (1992) denomina “sociedade de controle”.

A seguir, identifico um dos mecanismos de captura da subjetividade para fins de controle do intelecto do trabalhador, em especial, dos docentes.

2 Metodologia

Este artigo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa e se pauta em uma pesquisa bibliográfica que tem por intuito descrever uma das estratégias de dominação do capital. Com o auxílio da revisão de artigos e livros foi possível discorrer, de forma crítica, sobre o tema proposto e pensar no tema com foco no trabalho docente.

Considerando que o tema perpassa questões como uma educação de qualidade e emancipadora, a escolha por esse tipo de estudo, o bibliográfico, se deve ao fato de que, com ele, torna-se possível enriquecer e aprimorar ainda mais a pesquisa qualitativa. A pesquisa bibliográfica (deve estar) está presente em todos os segmentos da academia. Segundo Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monografias não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

O uso de dados bibliográficos elaborados por autores robustos fomenta uma discussão bem fundamentada e dão suporte ao desenvolvimento de uma crítica sobre os modos como a redução de leituras e debates, principalmente no ambiente estudantil, fazem parte da despolitização do sujeito. Apesar do uso desta metodologia se encerrar nesta discussão, sem acrescentar estudos acerca dos outros

mecanismos de dominação – o que priva este trabalho de maiores aprofundamentos –, ela é efetiva em apresentar de forma sucinta e direta o assunto em questão.

3 Supressão da reflexão crítica – A despolitização do sujeito:

Valim (2017, p. 27) assegura que a sociedade atual é vítima do processo de despolitização, o que significa uma reversão social. Desde os filósofos gregos, o ser humano é considerado um ser social e político, isto porque era partícipe da vida social desua cidade e do Estado. Aristóteles (2018), por exemplo, foi um filósofo grego que definia o homem como um ser político e o distinguia dos outros animais fundamentando-se, entre outros motivos, na palavra. Isto porque o filósofo entendia que o homem é capaz de processar o julgamento entre o bem e o mal, de discernir entre o certo e o errado, e que deve sempre buscar a verdade. A raiz do problema se encontra no fato de sermos impedidos ou manipulados a conhecer a realidade. Aristóteles contribuiu para a reflexão crítica de diversas formas. Exemplificando, na educação, Aristóteles propôs uma abordagem crítica, que estimulava o questionamento, mas de forma construtiva. O filósofo era ainda um apreciador da diversidade de opiniões e do debate.

Valim (2017, p. 27-28) afirma que diálogos democráticos dão lugar à *monologia* autoritária. Inclusive, Valim vai além e afirma que a despolitização investe cada vez mais contra conquistas sociais, até mesmo aquelas que são cláusulas pétreas da Constituição Federal. Um exemplo, cita o autor, são os discursos de políticos e as discussões públicas que defendem temas como o retorno da tortura e são bastante aceitos por alguns. Sobre isso, Souza (2020, p. 281) acredita que a intensificação do processo de despolitização tem relação com a capacidade de reflexão crítica social do sujeito. Manter as pessoas sem compreender a estrutura do capitalismo, por exemplo, auxilia a manutenção da hegemonia do capital. Portanto, é possível depreender que a principal forma de despolitizar alguém é por meio de tentativas de supressão da reflexão crítica, algo feito principalmente pela manipulação de discursos e pela redução de leituras e discussões – sendo este último elemento analisado neste artigo.

3.1 A redução de leituras e debates no ambiente acadêmico

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra”
(FREIRE, 1989, p. 19).

Ao se pensar em como o capital exerce sua dominação, primeiramente é preciso considerar a supressão da reflexão crítica da população e, muitas vezes, isso ocorre pelas tentativas de redução de leitura e debates críticos a fim de interpretar a realidade.

O desenvolvimento intelectual do sujeito pode auxiliá-lo na apreensão da realidade em que ele está inserido e na compreensão histórica de como esta realidade se formou, bem como pode conduzi-lo na reflexão sobre a necessidade de práticas de resistência e combate ao capital.

Com o intuito de sua manutenção e reprodução, faz parte então, da estratégia capitalista, a redução de leituras que propiciem maior senso crítico. Inclusive, recentemente, o país viveu uma experiência onde parte da população enaltecia vídeos de poucos segundos ou minutos que divulgavam informações equivocadas (as *fakenews*) em detrimento do conhecimento adquirido por meio dos estudos. Segundo pesquisa do *Reuters Institute Digital News Report*, que analisou o consumo de desinformação dentre notícias globais em 37 países diferentes, o Brasil é o terceiro em consumo de notícias falsas (FORBES, 2018).

Conforme Lopes e Rech (2013, p. 218), há uma operação política que consiste em despolitizar o sujeito. Como o capitalismo se apropria de acontecimentos históricos e se aproveita deles de algum modo, esta foi a forma que ele encontrou para capturar mais ainda a subjetividade do coletivo.

Por isso, segundo Severino (1982, p. 7), é importante incentivar a leitura, discutir sua importância, explicitando seu viés crítico. O professor relembra a fala de Paulo Freire (1989, p. 13) sobre a leitura do mundo preceder a leitura da palavra e a leitura desta implicar a continuidade da leitura daquele. Ler o mundo significa compreender o seu contexto. Freire vai mais longe e afirma que, além de ler o mundo, é preciso “reescrevê-lo”, ou seja, transformá-lo através de nossa prática consciente. O que está fora da leitura, é alienação. Freire (1989, p. 12) explica que aprender a ler, a escrever, não deve ser uma manipulação mecânica de palavras, um processo simples de memorização, é preciso manter uma relação dinâmica que vincula a leitura com a realidade. Para o autor (2014, p. 80-81), o sistema no qual o professor deposita informações nos alunos, através de mecanismos de memorização, caracteriza-se como “educação bancária”. Ou seja, o diálogo, a construção coletiva em sala de aula e o questionamento crítico perdem espaço para uma transmissão de conhecimento que pode ser representada por um saber meramente técnico.

Por isso, o autor afirma que aprender a ler é um ato fundamentalmente político. Para Freire (1989, p. 15), ambos estão interligados: há natureza política no processo educativo tanto quanto existe o caráter educativo do ato político. Segundo ele, é preciso pensar a favor de quem e do quê, ou contra quem e contra o quê se faz educação. “Agora já não é possível mais texto sem contexto” (FREIRE, 1989, p. 19). Paulo Freire reafirma a necessidade de uma posição crítica em relação à educação, não se pode ser neutro, é preciso superar os pontos de vistas ingênuos ou “astutos” que distorcem a realidade para atender interesses escusos. Conforme Severino (1982, p. 7), “a educação deve ser vivenciada como uma

prática concreta de libertação e de construção da história”, pois só assim não existirão mais exploradores e dominantes inculcando sua palavra opressora a dominados e explorados.

Sob outro ângulo, Sibilia (2008) resgata a grande importância da leitura como instrumento de edificação da interioridade. Decerto, como aponta Sibilia (2008, p. 35), o poder percebeu que as tecnologias como TV e celular se impõem como atividade preponderante para a maioria da população, enquanto a leitura decai vertiginosamente. A autora verificou que a televisão é a terceira ocupação humana mais habitual nos Estados Unidos, depois de trabalhar e dormir, e que os brasileiros estão entre as populações que mais assistem TV ao longo do dia; além de quase metade das crianças brasileiras não ler livro. Ademais, 60% dos jovens utilizam o seu tempo habitualmente com a internet, em especial nas redes sociais, como Messenger, Facebook e outras.

Abrindo um parêntese, percebe-se aqui a correlação do mecanismo de dominação “despolitização do sujeito” com a estratégia “tecnologia”, a qual tem grande poderio como mecanismo de cooptação e produção das subjetividades, mas que não é o foco deste artigo.

Sguissardi e Silva Júnior (2018, p. 276) corroboram que o uso da tecnologia possa reduzir o nosso tempo de conteúdos mais profícuos. Segundo os autores, a TV e a internet, de forma lúdica, prometem muitas vezes um futuro utópico de prosperidade e felicidade. No âmbito da comunicação, o alcance da televisão é amplo e promove, entre outras coisas, a estetização da realidade. Os embates centram-se mais nas imagens e menos nos discursos, compromissos e conteúdos.

Sobre a estetização trazida pela tecnologia, Sibilia (2008, p. 49) relembra ainda a persistente imposição de um regime audiovisual que tem de ser sempre colorido e chamativo, porém, responsável por silenciar lacunas que poderiam ser repletas de sentido. O alunato hoje faz questão de aulas com diapositivos (os famigerados “slides”) coloridos e lúdicos e com textos sumarizados, em busca da facilidade de apreensão do conteúdo disciplinar. Não há interesse por leituras e debates mais aprofundados. O problema é que quando você deixa de ler e de analisar o que leu, você passa a não construir subjetividades libertadoras. Você simplesmente aceita o que lhe é imposto. Além disso, ao término, por exemplo, da graduação, este discente vai ser alocado no mercado de trabalho sem saber, ao menos, refletir sobre suas práticas profissionais e/ou sobre sua realidade.

Os alunos hoje preferem estudar para uma prova através dos slides com a matéria resumida e pelas sínteses conhecidas por “mapas mentais”, em vez de utilizarem os livros indicados na bibliografia do plano de aula do professor e que deram origem ao conteúdo disponibilizado no diapositivo.

Silva (2009, p. 11-12) indica que este fenômeno decorre do crescente empresariamento da educação superior, a qual tende à *simplificação* do ensino. Para a autora, a simplificação do trabalho educativo,

pode ser percebido pelo uso dos novos materiais, equipamentos e tecnologias; da padronização de aulas e dos cursos à distância. O resultado desse processo de trabalho é uma educação aligeirada, mitificada e vista como mercadoria, o que ofusca o real sentido do trabalho docente, já tão desqualificado. Soma-se a este resultado a diminuição de qualidade do ensino.

Além da correlação com a tecnologia, é possível verificar uma ligação na redução de leitura devido ao mecanismo “intensificação do trabalho”. Em uma pesquisa realizada entre docentes de cursos de pós-graduação na área de saúde, humanas e exatas, da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ferreira (2023, p. 370) verificou que a maioria dos participantes respondeu que o hábito de leitura diminuiu diante do número de tarefas que a universidade demanda de uns anos para cá. Este resultado também indica problemas qualitativos em relação ao que se lê, pois, na pesquisa, observou-se que a maior parte dos respondentes indicou que “Diminuiu [a leitura de livros], mas a leitura de artigos aumentou consideravelmente”.

Em relação a leitura de artigos ter aumentado, é notório lembrar que trata-se de textos menores que livros e mais abreviados, logo, mais fáceis para o professor ler considerando-se o tempo que ele tem para leitura. Convém registrar outro detalhe: alguns cursos, como os de Administração e Engenharia, solicitam que quem escreve artigos priorize a pesquisa bibliográfica em artigos científicos em detrimento de livros – reforçando a manutenção da prática de se legitimar artigos em prejuízo de livros. Há ainda um detalhe que fortalece a predileção por artigos. Estas áreas datam os artigos que consideram válidos. Com a justificativa de que o pesquisador necessita pesquisar em fontes recentes, pois os dados de textos antigos podem caducar, estimula-se que o autor busque seu referencial teórico em artigos a partir dos anos 2000. Esta estratégia tende a afastar os alunos e professores de contato com obras clássicas. Isso nos leva a crer que, principalmente o curso de Administração, oriundo da Sociologia, necessita urgentemente rever suas fontes bibliográficas. Outra explicação dada aos alunos é que, se não seguirem as normas (priorização de artigos e referenciais com datas atuais), não terão chances de transformar o TCC em artigos para publicação. Sendo que, muitas vezes, é o professor ou o programa quem tem interesse nesta publicação. Estas táticas equivocadas acarretam a diminuição de leitura de livros, para privilegiar a de artigos.

Os alunos perdem com este tipo de educação. Segundo Hill (2003, p. 27), os docentes são os responsáveis diretos pela formação e desenvolvimento dos discentes – futura força de trabalho. Por isso, segundo Hill:

Os professores são perigosos porque **eles estão intimamente ligados à produção social da força de trabalho**, fornecendo aos estudantes técnicas, competências, habilidades, conhecimentos e atitudes e qualidades pessoais que **podem ser expressas e utilizadas no processo de trabalho capitalista**. Os professores são os guardiões da qualidade da força de trabalho! Este potencial, este poder latente que têm os professores é a razão pela qual os representantes do Estado perdem o sono preocupando-se sobre seu papel em assegurar que os

futuros trabalhadores sejam entregues aos locais de trabalho pelo capital nacional [...] (HILL, 2003, p. 27).

Para Hill (2003, p. 27-28), fica claro nesta análise que o Estado capitalista tentará destruir qualquer forma de pedagogia que tente educar os estudantes por meio de uma consciência própria e crítica para o trabalho, e que procure solapar o pacífico funcionamento da produção social da força de trabalho.

Conforme Almeida, Stelzenberger e Gonçalves (2012, p. 1), quando o modelo burocrático cedeu lugar ao gerencialismo na gestão pública, os órgãos públicos, incluindo as universidades, passaram a operar nos moldes das organizações privadas, com enfoque na produtividade. As autoras afirmam que a Nova Gestão Pública, relacionada ao modelo econômico neoliberal, gerou uma nova cultura gestonária no âmbito público que propiciou mudanças no perfil do profissional de educação. Este passou a valorizar a tríade eficiência, eficácia e efetividade e buscar a produtividade em detrimento da formação humanístico-cultural. O perfil do docente passou a ser tecnicista e suas atribuições passaram a ir além do ato pedagógico de ensinar.

Em tempo, é relevante lembrar que a orientação tecnicista guarda relação com especialização, mas não com reflexão. Trabalha com estratégia e implementação e deixa de lado políticas de viés crítico. O discurso tecnicista em seu interesse mesquinho de apropriação do público pelo privado, priva-se do debate.

Esta nova dinâmica tecnicista e produtivista das universidades e escolas, aliada à questão das novas tecnologias, afirma Mancebo (2007, p. 78), engendra também práticas de leitura apressada e imediatismo das pesquisas, o aligeiramento do tempo dos cursos [vide a criação dos cursos superiores de dois anos, denominados “tecnólogos”], reduz o tempo de convivência entre as pessoas e prejudica o coletivo e o processo de criação e instauração do pensamento. Sousa (2019) observa o mesmo fenômeno, e com mais intensidade, nos cursos EaD, travestidos de democratização do acesso à educação, que continuam, na verdade, sendo parte dos interesses capitalistas no setor educacional. O uso intensivo das chamadas novas tecnologia, tidas como inevitáveis por serem consequência do progresso, alcança o ensino também por meio desta educação à distância. Para Antunes (2018, p. 80), esse processo de “inovação” tecnológica irrefreável é um engodo, pois, o que observamos é uma tendência de crescimento do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) do século XXI dentro do ensino articuladas à condições de trabalho explorativas herdadas do século XX.

Para Sibilia (2008, p. 31), todas as ferramentas citadas nesta pesquisa – TV, internet, vídeos, celular, slides, etc. – são uma nova maneira de construir subjetividades. Ela explica que as transformações tecnológicas pelas quais passamos afetam o modo com que os indivíduos configuram suas subjetividades e formam suas personalidades e identidades. Com a torção da subjetividade moderna, esta passa a ser

cada vez mais estilizada. Para a autora, o contexto atual e as novas formas de comunicação e tecnologia, a intensa valorização das redes sociais e a “sociedade do espetáculo”¹, trazem vulnerabilidade aos indivíduos e torna as subjetividades mais um tipo de mercadoria. Além disso, fazem com que o sujeito dedique menos tempo para leituras de qualidade, principalmente os jovens estudantes.

4 Considerações finais:

Este artigo citou oito mecanismos que atuam sobre a subjetividade dos trabalhadores, em específico, dos docentes; considerando que sejam, na verdade, estratégias do capital para sua reprodução e perpetuação. Dentre as oito estratégias, o foco deste texto deu-se no quesito despolitização do sujeito por meio da redução de leituras e debates críticos, em especial no ambiente acadêmico, gerando um efeito negativo em relação à qualidade do serviço dos professores e na vida estudantil dos alunos, submetidos a este mecanismo.

Deste modo, percebeu-se que um destes efeitos contraproducente é que a maioria dos docentes talvez não esteja refletindo sobre fenômenos de sua própria prática acabando por acatar e reproduzir a lógica do sistema neoliberal de pensar e fazer educação, o que os leva à subordinação ao capital no mundo acadêmico e termina por repassar este *modus operandi* aos alunos.

O objetivo principal deste artigo foi ratificar que a leitura e, mais do que isso, a vinculação da leitura com a realidade e seu contexto histórico, bem como seu questionamento, nos propicia um aprendizado emancipador. O objetivo foi alcançado através da elucidação de ferramentas de captação da subjetividade que auxiliam na limitação de uma educação mais questionadora, sendo elas, a tecnologia, a intensificação do trabalho e a substituição de leituras mais aprofundadas por resumos ou conteúdos condensados. Ter consciência de quais instrumentos o capitalismo e o biopoder utilizam para capturar a subjetividade das pessoas, em especial dos professores, é o primeiro passo para a uma educação libertadora e para pensarmos contra-estratégias de combate à despolitização do sujeito.

Por exemplo, ao considerarmos o ambiente educacional, concluímos que o uso de materiais fragmentados e pouco robustos, sem relação com o contexto histórico-político; contendo mais imagens que texto; a utilização de slides em detrimento de debates e discussões; uma educação pautada mais em memorização do que em questionamentos; e a confecção de “esquemas mentais” (sínteses), em vez da indicação de leitura em livros, tem propiciado uma realidade social pouco crítica. Cabe agora, a nós professores, revermos nossa pedagogia – que não suprima reflexões críticas.

¹Segundo a definição de Baudrillard (2008, p. 208), a “sociedade do espetáculo” enfatiza que tudo é imagem em detrimento da realidade e da história. Ver mais em: BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. 2ª ed. Portugal: Edições 70, 2008.

Referências

- ALMEIDA, Maria das Graças Nóbrega de; STELZENBERGER, Liliane; GONÇALVES, Margarida Maria Dias Monteiro. O modelo gerencialista e a prática docente. *Revista FAC –Faculdade Cearense* (atual *Faculdade Cearense em Revista*), v. 6, nº 2, 2012.
- ANDRADE, Maria Margarida. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo: Atlas, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. **E-book**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018. (Mundo do trabalho).
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: Edipro, 2018.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FERREIRA, Carla Guimarães. *Produtivismo acadêmico: o posicionamento docente diante dos órgãos oficiais de avaliação e fomento*. 2023. 501 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2023.
- FORBES. 12 países com maior exposição a fake news. *Forbes Brasil*. 25 de junho de 2018. Disponível em <https://forbes.com.br/listas/2018/06/12-paises-com-maior-exposicao-a-fake-news/>. Acesso em 23 de outubro de 2024.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal. 1979.
- FREIRE, Paulo. *A IMPORTÂNCIA DO ATO DE LER em três artigos que se completam*. 23ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. *A pedagogia do oprimido*. 56ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- HILL, Dave. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. *Currículo sem Fronteiras*. v. 3, nº 2, p. 24-59, jul./dez., 2003.
- LOPES, Maura Corsini; RECH, Tatiana Luiza. Inclusão, biopolítica e educação. *Educação*. Porto Alegre, (impresso). v. 36, n. 2, p. 210-219, maio/ago., 2013.
- MANCEBO, Deise. *Trabalho docente: subjetividade e sobreimplicação*. *Reflexão & Crítica*, v. 20, nº 1, 2007.
- SCHEINVAR, Estela. A indústria da insegurança e a venda da segurança. *Psicologia em Estudo*, Maringá. V. 19, nº 3, p. 481-490, setembro de 2014.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Prefácio*. 1982. In: FREIRE, Paulo. *A IMPORTÂNCIA DO ATO DE LER em três artigos que se completam*. 23ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR., João dos Reis. *O Trabalho intensificado nas federais: Pós-graduação e produtivismo acadêmico*. 2ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. 295p.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. RJ: Nova Fronteira, 2008. 286p.

SILVA, Maria E. Pereira da. *A Metamorfose do Trabalho Docente no Ensino Superior: Entre o Público e o Mercantil*. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana). PPG em Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ, Rio de Janeiro, 2009.

SOUSA, Andréa Luciana Harada. *Mercantilização e automação do Ensino Superior privado: o caso da educação a distância*. In: PIOLLI, Evaldo; OLIVEIRA, Tatiana de (Org.). *Educação e trabalho docente no Brasil: gerencialismo e mercantilização*. 1ª ed. São Paulo: Fonte Editorial Ltda, 2019. Reproduzido em: <http://fepesp.org.br/artigo/7078/>, 22 de novembro de 2019.

SOUZA, Iael de. *A Pedagogia Gerencialista do Capital Neoliberalismo, Empresariamento e Mercadorização da Educação Pública Estatal Fundação Lemann, Instituto Unibanco e Estado do Piauí 2003/2017*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas/SP, 2020. 606p.

VALIM, Rafael. *Estado de Exceção: A forma jurídica do neoliberalismo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

Recebido em: 25/10/2024

Aceito em: 21/02/2025

Endereço para correspondência:

Nome: Carla Guimarães Ferreira

E-mail: carla.guimaraes@fasfsul.com.br



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)